Amália IA: Tudo isto é fado?

Rodrigo Diniz · 02.07.2026

SOCIEDADE · TECNOLOGIA · ECONOMIA

Talvez o que mais incomode no Amália não seja o que faz, mas o que dispensa. Dispensa o debate sobre a transferência. Dispensa os sindicatos dos médicos, dos professores, dos juristas, dos jornalistas, enfim, das profissões que vai mediar. Dispensa, no fundo, o gesto público de assumir que se está a delegar.

Quando o primeiro semáforo público surgiu, em 1868, precisava ainda de um polícia que o acionasse. De lá para cá, fomos delegando funções públicas em máquinas sem o gesto público de o assumir.

Em 1868, instalou-se junto ao Palácio de Westminster o que terá sido o primeiro semáforo público da história. Um aparelho a gás com duas lâmpadas, vermelha e verde, acionadas manualmente por um polícia. A invenção funcionou pouco menos de um mês, até que uma fuga de gás fez explodir o sistema e feriu o agente que o operava. Há nesta história um detalhe que merece atenção: o primeiro semáforo precisava ainda de um polícia que o acionasse.

Hoje, os semáforos das nossas cidades funcionam sem ninguém. Decidem quem pára e quem passa, decidem o ritmo a que se atravessa Lisboa, decidem indiretamente que carros chegam a tempo do hospital e quais não. Ninguém votou nos semáforos. Ninguém foi consultado quando se passou de polícia que apita para máquina que pisca. A delegação foi-se fazendo, sem cerimónia nem despedida, ao ponto de hoje considerarmos absurda a hipótese de pôr novamente alguém num cruzamento.

A história administrativa portuguesa dos últimos trinta anos é, em grande medida, a história desta substituição lenta. O multibanco substituiu o funcionário do balcão, depois substituiu o levantamento ao balcão, depois substituiu a própria relação com o banco. O parquímetro tomou o lugar do fiscal e, com ele, desapareceu também a tolerância humana. Os bilhetes automáticos despediram os revisores, e com os revisores foi-se a conversa, a pequena conivência, o cumprimento ao senhor que apanhava o comboio sempre à mesma hora. Cada uma destas substituições foi celebrada como modernização. Em nenhuma houve o momento solene em que uma função pública é entregue a um sistema, e em que se discute em que termos.

(As máquinas, naturalmente, não são todas más. Algumas funcionam melhor do que aquilo que substituíram. Mas funcionarem melhor não é o mesmo que terem sido entregues com cerimónia, e é dessa cerimónia que aqui se trata.)

O Estado português anunciou, há cerca de ano e meio, a sua entrada formal neste território, com um sistema chamado Amália. O nome, naturalmente, dá que pensar – embora a teologia da escolha fique para outra altura. O Amália irá, segundo os comunicados oficiais, atender chamadas no SNS 24, dar tutoria nas escolas, apoiar a triagem clínica, contribuir para a prevenção de fraudes, automatizar respostas administrativas e, presumo, fazer mais umas quantas coisas. Talvez o que mais incomode no Amália não seja o que faz, mas o que dispensa. Dispensa o debate sobre a transferência. Dispensa os sindicatos dos médicos, dos professores, dos juristas, dos jornalistas, enfim, das profissões que vai mediar. Dispensa, no fundo, o gesto público de assumir que se está a delegar.

> Talvez o que mais incomode no Amália não seja o que faz, mas o que dispensa. Dispensa o debate sobre a transferência. Dispensa os sindicatos dos médicos, dos professores, dos juristas, dos jornalistas, enfim, das profissões que vai mediar. Dispensa, no fundo, o gesto público de assumir que se está a delegar.

O Amália repete o gesto. Chega como chegaram os parquímetros e os multibancos, e antes deles os semáforos, sem a cerimónia que tornaria visível aquilo que se está a fazer. Daqui a alguns anos, parecerá absurdo discutir se devia ter sido assim, do mesmo modo que hoje nos parece absurda a hipótese de voltar a pôr alguém num cruzamento.

Em 1868, o polícia londrino que operava o semáforo ficou ferido na explosão. Se recuperou ou não, não consta. Mas há nele alguma coisa de comovente; um polícia que ainda não sabia que o seu trabalho ia, mais cedo ou mais tarde, deixar de existir. Os polícias dos cruzamentos foram desaparecendo simplesmente porque deixou de haver lugar onde estarem. Os funcionários dos balcões dos hospitais, dos centros de saúde, das escolas, das repartições de finanças, estão a desaparecer pela mesma razão; sem cerimónia nem despedida. Como diria a outra Amália: «Tudo isto é triste / Tudo isto é fado.»

Progressistas — https://progressistas.pt/artigo/amalia-ia-tudo-isto-e-fado